

eped

REGULAMENTO DA PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL (PAP)

ESCOLA PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

REGULAMENTO DA PROVA DE APTIDÃO PROFISSIONAL (PAP)

Capítulo I – Âmbito e Enquadramento da PAP

Artigo 1º

A Prova de Aptidão Profissional (PAP) consiste na apresentação e defesa individuais, perante um júri, de um projeto, consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apresentação crítica, demonstrativo de saberes e competências profissionais adquiridos ao longo da formação e estruturante do futuro profissional do jovem.

Artigo 2º

O projeto a que se refere o número anterior centra-se em temas e problemas prospetivados e desenvolvidos pelo aluno em estreita ligação com os contextos de trabalho e realiza-se sob orientação e acompanhamento de um ou mais professores.

Artigo 3º

Tendo em conta a natureza do projeto, poderá o mesmo ser desenvolvido em equipa, desde que, em todas as suas fases e momentos de concretização, seja visível e avaliável a contribuição individual específica de cada um dos membros da equipa.

Artigo 4º

A realização do projeto compreende três momentos essenciais:

- a) Conceção do projeto;
- b) Desenvolvimento do projeto devidamente faseado;
- c) Autoavaliação e elaboração do relatório final.

Artigo 5º

As datas para a conceção, desenvolvimento e avaliação do projeto serão definidas anualmente no calendário escolar da EPED, aprovado em Conselho Pedagógico.

Artigo 6º

A PAP é parte integrante de cada um dos cursos e a sua aprovação depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores (escala de 0 a 20 valores).

Capítulo II – Desenvolvimento e Acompanhamento do Projeto

Artigo 7º

O projeto da PAP é desenvolvido na Formação em Contexto de Trabalho (FCT), em empresas ou outras organizações, sob a forma de estágio.

Artigo 8º

A orientação e acompanhamento dos projetos conducentes à PAP são da responsabilidade do Coordenador de Curso.

Artigo 9º

Em casos devidamente fundamentados, poderá o Coordenador de Curso propor à Direção Pedagógica outros orientadores de entre os professores que lecionam as disciplinas da componente técnica do curso.

Artigo 10º

Compete ao Coordenador de Curso:

- a) A organização e supervisão das diferentes ações, articulando-se com os orientadores internos (quando não o é o próprio coordenador de curso), orientadores externos e alunos;
- b) Manter a Direção Pedagógica ao corrente das ações desenvolvidas, apresentando-lhe os problemas que surgirem e que necessitem de resolução pontual;
- c) Compete, ainda, ao Coordenador de Curso, em casos excecionais e devidamente justificados, propor à Direção Pedagógica a anulação da PAP, a qual deverá no entanto, ser ratificada pelo Conselho Pedagógico.

Artigo 11º

Ao Orientador interno da PAP compete:

- a) Orientar o aluno na escolha do projeto a desenvolver e do produto a apresentar, na sua realização e na redação do relatório final;

- b) Informar os alunos sobre os critérios de avaliação;
- c) Decidir se o projeto e respetivo relatório estão em condições de ser presentes ao júri;
- d) Orientar o aluno na preparação da apresentação a realizar na PAP;
- e) Lançar a classificação na respetiva pauta;
- f) Contactar os Orientadores externos dos alunos ou deslocar-se ao local de estágio para a recolha de todas as informações, em articulação com o Coordenador de Curso, caso o mesmo não seja o Orientador interno, e o órgão de gestão da escola, mantendo-os devidamente informados do desenvolvimento do projeto;
- g) Recolher e registar todos os elementos de avaliação ao longo das diferentes fases do projeto, realizando uma avaliação contínua eminentemente formativa;

Capítulo III – Avaliação do Projeto

Artigo 12º

Uma primeira versão do relatório final é sujeita a uma avaliação pelo Orientador Interno e é devolvida ao aluno com sugestões para que este proceda à respetiva reformulação.

Artigo 13º

A primeira versão do relatório final é tida em conta na avaliação do desenvolvimento do projeto.

Artigo 14º

Juntamente com o relatório final, o aluno deve, obrigatoriamente, entregar o Caderno de Estágio e a primeira versão anteriormente corrigida pelo Orientador Interno.

Artigo 15º

O relatório final deverá ser entregue em formato A4, encadernado com a capa modelo devidamente preenchida. A entrega deverá ser, igualmente, realizada em suporte informático.

Artigo 16º

Quando o Orientador Interno considerar que o relatório atingiu os objetivos considerados necessários, informará a Direção Pedagógica, para que esta convoque o Júri de Avaliação.

Artigo 17º

O relatório final deverá ter uma nota mínima de 8 valores (escala de 0 a 20 valores) para efeitos de apresentação ao júri.

Artigo 18º

A não entrega do relatório final na data definida implica reprovação.

Artigo 19º

O júri de avaliação da PAP é designado pela Direção Pedagógica e deverá ter a seguinte composição:

- a) O Diretor Pedagógico, que preside;
- b) O Orientador Externo da FCT;
- c) O Coordenador de Curso;
- d) O Orientador Interno, caso não seja o Coordenador de Curso;
- e) O Orientador Educativo da Turma;
- f) Um representante das Associações Empresariais ou das empresas de setores afins do curso;
- g) Um representante das Associações Sindicais dos setores de atividades afins do curso;
- h) Uma personalidade de reconhecido mérito na área de formação profissional ou dos setores de atividade afins ao curso.

Artigo 20º

O júri de avaliação para deliberar necessita da presença de, pelo menos quatro elementos. O Presidente do júri tem voto de qualidade.

Artigo 21º

Nas suas faltas ou impedimentos, o Presidente é substituído pelo seu substituto legal, ou na impossibilidade deste, pela ordem enunciada, por um dos professores a que se referem as alíneas c) a e).

Artigo 22º

A reprovação na FCT poderá inviabilizar a concretização da PAP.

Artigo 23º

Para a avaliação da PAP, são considerados os seguintes critérios:

- a) Desenvolvimento do Projeto (30%)
- b) Relatório (40%)
- c) Apresentação (30%)

Artigo 24º

A apresentação da PAP deverá ter a duração mínima de 15 minutos e a duração máxima de 30 minutos.

Artigo 25º

De todas as reuniões do júri será lavrada uma ata, assinada por todos os elementos do júri presentes.

Artigo 26º

A classificação obtida pelo aluno da PAP, será afixada, no final de cada época de avaliação, em local público.

Capítulo IV – Recurso à Avaliação da PAP

Artigo 27º

Da decisão do júri da PAP cabe recurso para o Conselho Pedagógico.

Artigo 28º

O recurso, devidamente fundamentado, deve ser apresentado pelo encarregado de educação, ou pelo aluno quando maior, à Direção Pedagógica, no prazo de três dias úteis após a publicitação da avaliação.

Artigo 29º

Compete à Direção Pedagógica aceitar e dar seguimento ou rejeitar a reclamação caso não esteja devidamente fundamentada.

Artigo 30º

No caso de a reclamação ser aceite, a Direção Pedagógica convoca o Conselho Pedagógico que se pronunciará no prazo máximo de oito dias após a apresentação do recurso.

Artigo 31º

A Direção Pedagógica informará o encarregado de educação, ou o aluno, por escrito, no prazo máximo de três dias após a decisão do Conselho Pedagógico.